

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FAMÍLIAS DOMICILIADAS EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Lucas de Almeida Moura ¹

RESUMO

A Segurança Alimentar e Nutricional é definida como a garantia do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. No Brasil é um direito garantido por Lei e expresso na Constituição Federal. A sua supressão dá lugar a situação de Insegurança Alimentar (IA), que é mensurada através de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que utiliza como metodologia de mensuração a EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar). Dados da pesquisa permitem constatar que a IA está presente em todo o país e possui maior prevalência na região Nordeste que, apesar dos avanços, ainda sofre com o problema, sobretudo na zona rural. Diante deste quadro, a presente pesquisa teve como objetivo realizar, através de revisão bibliográfica sistemática, uma análise de diferentes pesquisas sobre a prevalência de (in)segurança alimentar e nutricional em diferentes municípios do nordeste brasileiro. Foram analisados estudos publicados no período de 2008 a 2018 em repositórios acadêmicos, páginas de revistas científicas eletrônicas e bases de dados científicas como NCBI, PubMed e Scielo. A análise das onze pesquisas elencadas permitiu constatar que a prevalência de IA na região Nordeste permanece alta e está diretamente relacionada com indicadores sócio-demográficos, socioeconômicos, de acesso à alimentação e outros direitos fundamentais, que deveriam ser defendidos com rigor. Nesse sentido, conclui-se que são necessários investimentos para a promoção de melhores condições de vida para a população da região, redução da miséria e ampliação do acesso a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente.

Palavras-chave: Insegurança alimentar, PNAD, Desenvolvimento social, EBIA, Alimentação.

INTRODUÇÃO

Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pode ser entendida como a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

Quando este direito é suprimido ou violado evidencia-se um quadro de insegurança alimentar que se manifesta progressivamente, sobretudo no contexto familiar, interferindo na

¹ Graduado no Curso de Bacharelado em Nutrição pelo Centro Universitário Maurício de Nassau, campus Campina Grande, PB – UNINASSAU, moura.a.lucas@gmail.com.

disponibilidade e garantia da alimentação e contribuindo para a ocorrência da fome (SANTOS et al., 2018). Desta forma, através da promoção da segurança alimentar e nutricional é possível garantir o direito social a alimentação, que é previsto formalmente em lei desde 2010, ano em que foi incluído na Constituição Federal da República brasileira por meio de emenda constitucional (BRASIL, 2010).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o nível de segurança alimentar e nutricional cresceu significativamente nas duas últimas décadas no Brasil e isto ocorreu, principalmente, após a promulgação da LOSAN (IBGE, 2010; BRASIL, 2006). A LOSAN possibilitou a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006). Entretanto, a localização geográfica e as características sociais de determinados locais ainda parecem ser os principais condicionantes da persistência da insegurança alimentar no país, o que torna clara a necessidade de estudos acerca dos parâmetros avaliados e dos dados obtidos, especialmente com foco nas regiões onde os indicadores ainda demonstram uma tendência à presença constante de insegurança alimentar (SANTOS et al., 2018).

Nessa perspectiva, o nordeste brasileiro, embora tenha superado inúmeros desafios ao longo do tempo, como prolongados períodos de seca e de escassez de alguns recursos, e tenha se consolidado como uma região culturalmente abastada e com enorme potencial econômico, ainda é responsável, junto à região norte, pela concentração de grande número de estados com maior índice de insegurança alimentar e nutricional, conforme interpretação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que é a metodologia preconizada para a interpretação e análise dos dados obtidos através da PNAD (IBGE, 2013).

A análise de resultados das pesquisas sobre insegurança alimentar e nutricional em cidades do nordeste possibilita compreender que esta ainda é uma realidade presente e que, apesar dos avanços, ela tende a persistir, principalmente, nas zonas rurais onde o acesso integral aos parâmetros avaliados pela EBIA tende a ser mais difícil (VIANNA; SEGALL-CORREA, 2008). Sendo assim, a insegurança alimentar ainda é um desafio para o país e pode ser caracterizada como um problema estrutural social, que possui diferentes determinantes que necessitam ser constantemente acompanhados.

Portanto, considerando trabalhos publicados nos últimos dez anos, este artigo analisou, por meio de revisão bibliográfica sistemática qualitativa, os dados obtidos através de diversas pesquisas sobre a prevalência de (in)segurança alimentar e nutricional em diferentes

municípios do nordeste brasileiro, considerando os aspectos característicos individuais e comuns de cada lugar e que contribuem para a prevalência e/ou incidência de insegurança alimentar e nutricional.

METODOLOGIA

A presente pesquisa assume caráter exploratório e qualitativo e foi desenvolvida a partir da realização de revisão bibliográfica sistemática de uma amostra de artigos científicos publicados em repositórios acadêmicos, páginas de revistas científicas eletrônicas e bases de dados científicas como NCBI, PubMed e Scielo, no período de 2008 a 2018. Os descritores de busca utilizados foram: segurança alimentar e nutricional; insegurança alimentar; nordeste; PNAD; e EBIA.

Para seleção e inclusão das pesquisas foram levados em consideração os seguintes critérios: pesquisas publicadas entre os anos de 2008 e 2018; e trabalhos realizados exclusivamente em municípios da região nordeste do Brasil, que utilizaram metodologias de estudo transversal, descritivo ou estudo populacional e que tiveram como objetivo mensurar a (in)segurança alimentar e nutricional nos locais investigados através, preferencialmente, do uso da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Não foram incluídos trabalhos de revisão bibliográfica, meta-análises ou àqueles cuja metodologia não condizia com os critérios anteriormente mencionados.

Foram identificados, ao todo, 402 estudos publicados no período de interesse. Após exclusão de trabalhos que fugiam ao tema e de trabalhos repetidos, foi realizada a análise e revisão dos trabalhos selecionados, a partir disto foram elencadas 11 pesquisas que satisfizeram com rigor os critérios de inclusão estabelecidos e, para a discussão dos resultados, utilizou-se metodologia de análise qualitativa e comparativa.

DESENVOLVIMENTO

A segurança alimentar e nutricional é, por natureza, interdisciplinar e compreende um conceito abrangente que envolve direitos humanos, práticas alimentares saudáveis e de produção sustentável e o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficientemente necessária para a manutenção das necessidades alimentares básicas de um indivíduo, família ou população (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011).

No Brasil, o acesso à alimentação é expresso em texto constitucional e caracteriza-se como um direito social assim como o direito a educação, saúde, moradia, segurança, lazer, trabalho, entre outros (BRASIL, 2010). As ações para a promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional estão presentes nas políticas públicas do país há muitas décadas, entretanto ganharam impulso ainda maior na primeira década deste século, quando se tornaram parte de um conjunto de políticas e programas de combate ostensivo a fome, o que passou a requerer maior avaliação e acompanhamento (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011).

Nesse sentido, passou a ser necessária a utilização de indicadores de quantificação de insegurança alimentar adequados a realidade e público-alvo das políticas que tinham sido lançadas, e adequados, também, para a avaliação e acompanhamento das estratégias e ações destas políticas, o que culminou na adaptação e validação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA (SEGALL-CORREA; MARIN-LEON, 2009).

Segundo Sardinha (2014) a EBIA é uma escala psicométrica, que tem como objetivo avaliar, de maneira direta, uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional na população brasileira, através da percepção e experiência com a fome. De acordo com a autora, o método tem a capacidade de medir diretamente, a nível domiciliar, a vivência e percepção de insegurança alimentar e fome, através da mensuração do acesso das famílias aos alimentos, bem como as dimensões sociais e psicológicas da insegurança alimentar. Kepple e Segall-Correa (2011) reiteram, nesse sentido, que a EBIA é útil para estimar a prevalência de diversos níveis de insegurança alimentar (IA) e, também, para identificar a nível local os grupos populacionais de risco e as consequências decorrentes da IA.

Diante disto, a partir dos resultados dos levantamentos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, que é realizada utilizando a metodologia da EBIA, é possível dimensionar, a nível nacional, os problemas de insegurança alimentar e da sua manifestação no Brasil (IBGE, 2013).

Segundo dados da PNAD de 2004, a maior prevalência de insegurança alimentar grave ocorreu no Nordeste, região na qual o percentual foi de 13,2% (IBGE, 2006). E, apesar do índice de insegurança alimentar grave do país ter tido um decréscimo de 6,9% em 2004 para 3,2% em 2013, dados da PNAD de 2013 revelaram que a insegurança alimentar atingia 36,1% dos domicílios brasileiros e que a situação também era preocupante na zona rural, na qual 35,3% dos domicílios se encontravam em condições de insegurança alimentar. Além disso, pesquisas posteriores têm demonstrado que a maior prevalência ainda é persistente nas

regiões Norte e Nordeste em comparação com outras regiões do país (IBGE, 2013; FACCHINI et al., 2014).

Compreende-se, portanto, que a insegurança alimentar presente no Nordeste brasileiro faz parte não só de uma questão de acesso à alimentação, mas também de uma discussão acerca da iniquidade e da relevância social que possui o problema, fato que também vai de encontro com questões políticas, econômicas e de desenvolvimento urbano e rural (FACCHINI et al., 2014).

Sendo assim, ao buscar por pesquisas que expressem dados sobre a prevalência de insegurança alimentar em cidades e zonas rurais do Brasil, principalmente da região Nordeste, não é difícil constatar que os indicadores tendem a favorecer uma interpretação na qual é possível associar a ocorrência de diferentes graus de IA à questões próprias de cada espaço estudado, bem como a questões comuns ao público-alvo, como faixa de renda, acesso a alimentação, características socioeconômicas e estruturais dos locais onde vive determinada população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar dos avanços realizados para a superação das desigualdades sociais no Brasil, ainda é muito grande a parcela da população que vive em situação de insegurança alimentar (SEGALL-CORREA; MARIN-LEON, 2009). Por ser um conceito multidimensional e multifatorial, a segurança alimentar e nutricional abrange diversos parâmetros e características que, de modo geral, têm como objetivo a garantia do acesso à alimentação adequada e saudável e que também vai além de questões como a produção e disponibilidade de alimentos. Por outro lado, ao avaliar indicadores que se relacionam com isto e que demonstrem, de qualquer modo, violação do direito básico a alimentação e ao seu acesso integral, caracteriza-se a situação de insegurança alimentar (ANDRÉ et al., 2018).

Nesse sentido, os estudos citados nesta revisão, em suma, podem levar a discutir que, de modo geral, a ocorrência da insegurança alimentar e nutricional está relacionada com diversos fatores demográficos e socioeconômicos aliados a características próprias dos domicílios das famílias estudadas, residentes em municípios do nordeste brasileiro.

Vianna e Segall-Correa (2008), por meio de pesquisa transversal com utilização de entrevistas a milhares de famílias domiciliadas em diferentes municípios do estado da Paraíba, buscaram identificar a prevalência de segurança alimentar e dos diferentes graus de

insegurança alimentar entre estas famílias e a relação com o seus perfis social, demográfico e econômico. Os resultados demonstraram maiores prevalências de insegurança alimentar moderada e leve entre as famílias. Além disso, as piores situações foram identificadas nas zonas rurais dos municípios e a principal resposta para justificar a baixa disponibilidade ou indisponibilidade de alimentos foi a falta de dinheiro. Os autores puderam constatar ainda que, ao serem incluídas em programas sociais, as famílias tenderam a demonstrar menor prevalência de insegurança alimentar grave.

O Brasil e outros países consideram, para a estimativa da magnitude da insegurança alimentar, entre outros fatores, o estabelecimento de parâmetros que levam em conta a renda mínima per capita necessária ao consumo alimentar e não alimentar básicos da sua população. Através da adoção deste parâmetro é possível estabelecer um valor mínimo per capita necessário para a compra de alimentos e demais itens necessários a sobrevivência de um indivíduo (KEPPLE; SEGALL-CORREA, 2011).

Do mesmo modo, Oliveira et al. (2010) puderam constatar, através de pesquisa transversal com objetivo de analisar a associação entre a insegurança alimentar das famílias e estado nutricional de menores de cinco anos no município da Gameleira, Pernambuco, que a variável renda familiar per capita também era determinante para a prevalência de insegurança alimentar entre as famílias que, de acordo com os autores, foi predominantemente do tipo grave. Além disso, variáveis como a escolaridade materna e idade da criança influenciaram significativamente o estado nutricional infantil, que não pôde ser associado à EBIA, segundo explicam.

Rocha et al. (2012) também não associaram o indicador EBIA ao estado nutricional e à ocorrência de distúrbios nutricionais como desnutrição e sobrepeso ao correlacionar o perfil nutricional com a situação de insegurança alimentar de crianças menores de cinco anos de idade no município de Crato, Ceará, e caracterizar e avaliar a situação nutricional dessas crianças. Os autores também não associaram os distúrbios à prevalência de insegurança alimentar nas famílias que, de acordo com dados da pesquisa, demonstrou ser de aproximadamente 40%, prevalecendo os níveis de insegurança moderada e grave.

Sobre a associação do estado nutricional ao método de mensuração de insegurança alimentar, Kepple e Segall-Correa (2011) explicam que, ainda que a antropometria, como método de avaliação nutricional, seja primordial para um estudo interdisciplinar de avaliação e compreensão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), quando considerada como indicador único para a realização da pesquisa, ela pode maquiar os resultados psicossociais

potenciais consequentes da condição na qual se encontra, além de dificultar a interpretação da segurança alimentar e nutricional como uma questão de saúde e bem-estar e como um direito humano essencial.

O percentual de famílias em situação de insegurança alimentar também foi elevado em estudo realizado por Aires et al. (2012). Os autores objetivaram detectar a prevalência da (in)segurança alimentar entre famílias residentes na zona rural de Maranguape, Ceará, e verificar a associação entre as variáveis socioeconômicas e o grau de (in)segurança alimentar. Além disto, também houve relação entre a prevalência da segurança alimentar e a escolaridade do responsável, número de moradores do domicílio e renda familiar.

Os dados apresentados pela pesquisa de Ribeiro (2012) também corroboram com os anteriormente mencionados. Ao avaliar a situação de segurança alimentar e seus determinantes em municípios baianos integrantes do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) do Vale do Jiquiriçá, a autora pôde constatar uma prevalência de insegurança alimentar em mais de 70% dos domicílios, com predominância dos tipos moderada e grave, bem como forte associação às variáveis renda familiar per capita, número de moradores por domicílio e indicador ambiental.

Os graus de insegurança alimentar são classificados em situação de segurança alimentar, insegurança alimentar leve, moderada e grave e são mensurados através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que foi validada a partir de uma adaptação da metodologia de verificação de severidade de segurança alimentar do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (USDA) (IBGE, 2014).

Silva et al. (2012) em pesquisa transversal de avaliação da associação entre a segurança alimentar e algumas variáveis sobre o consumo alimentar das famílias moradoras de São José dos Ramos, na Paraíba, constataram que das 177 famílias entrevistadas, 42 encontravam-se em situação de segurança alimentar, enquanto 135 se encaixavam em algum grau de insegurança alimentar e nutricional (leve, moderada ou grave). A investigação ocorreu com base nos dados coletados na pesquisa de Viana e Segall- Côrrea (2008), que identificaram a presença de insegurança alimentar em famílias domiciliadas em diferentes municípios do estado da Paraíba.

Tendo também o estado paraibano como espaço amostral de estudo, Pedraza, Queiroz e Menezes (2013), realizaram pesquisa com objetivo de estimar a prevalência de insegurança alimentar e examinar fatores associados em famílias com crianças matriculadas em creches públicas do Estado. A insegurança foi identificada em, aproximadamente, 62% das famílias

entrevistadas, com predominância do grau leve. Segundo resultados apresentados pelos autores as variáveis renda familiar per capita, benefício do Programa Bolsa Família, tempo de aleitamento materno total e tempo de aleitamento materno exclusivo apresentaram associação inversa significativa com a insegurança alimentar.

Foi alta também a prevalência de insegurança alimentar (INSAN) em famílias domiciliadas em doze municípios do norte de Alagoas, identificada por Ferreira et al. (2014) por meio de estudo transversal realizado com 1.444 famílias. Identificou-se uma prevalência de insegurança alimentar em 64% dos domicílios, com predominância das formas moderada e grave. Associou-se, também, maior proporção de INSAN em famílias com indivíduos com faixa etária menor que 18 anos, o que pode ser associado à distribuição de renda, bem como a participação contributiva dos integrantes nela.

Rocha, Lima e Almeida (2014) ao investigar a situação de insegurança alimentar e nutricional em relação à área de residência de crianças menores de cinco anos de idade no município de Crato, Ceará, apresentaram resultados que corroboram com aqueles apresentados por Vianna e Segall-Correa (2008) e Oliveira et al. (2010), que dizem respeito a maior prevalência de insegurança alimentar nas zonas rurais. Segundo os autores, o fato de residir em zona rural aumentava em até duas vezes a chance de ocorrência de insegurança alimentar no município. Além disso, explicaram ainda que, quando investigados os casos de maior gravidade de IA, as famílias da área rural apresentaram os menores percentuais do tipo grave em comparação à urbana.

Em pesquisa transversal realizada por Sabóia e Santos (2015) em Teresina – PI, que teve como objetivo analisar a prevalência de insegurança alimentar e associação com fatores socioeconômicos e demográficos entre famílias assistidas pela Estratégia Saúde da Família constatou-se que a maior prevalência de insegurança alimentar presente era do tipo leve. As autoras puderam associar ainda os diferentes graus de insegurança alimentar com a renda per capita familiar, bem como com outros fatores específicos, como a situação de acabamento de alvenaria das casas onde residiam as famílias, número de cômodos, não ser o pai o chefe da família e ser beneficiário do bolsa família.

Ao investigar a situação de insegurança alimentar (IAN) e suas possíveis associações com variáveis socioeconômicas e dietéticas em 179 famílias de quatro assentamentos rurais do estado de Sergipe, embora a prevalência total tenha ultrapassado os 90%, o que é alarmante, Almeida et al. (2017) também constataram maior presença de insegurança alimentar do tipo leve e moderada nesta população. O dado reforça àqueles apresentados nos

trabalhos de Vianna e Segall-Correa (2008), Oliveira et al. (2010) e Rocha, Lima e Almeida (2014) e torna ainda mais explícita a clara presença de insegurança alimentar nas zonas rurais do nordeste brasileiro. Almeida et al. (2017) confirmaram, ainda, que havia associação entre insegurança alimentar e nutricional e renda familiar per capita e variedade alimentar, tendo em vista que o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente são parâmetros fundamentais na avaliação da ocorrência de insegurança alimentar, conforme o que é expresso na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN.

Além disso, a segurança alimentar na família só é alcançada através do acesso socialmente aceitável de todos os seus membros ao consumo de alimentos de qualidade adequada e em quantidade suficiente, de modo que cada um possa levar uma vida saudável e produtiva, conforme conceito de segurança alimentar intrafamiliar do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA (BRASIL, 2004).

A pobreza e a iniquidade social, influenciadas pela exclusão social e econômica, são fatores determinantes para a situação de insegurança nutricional no seio das famílias, principalmente aquelas de baixa renda, o que evidencia a necessidade de uma análise sob a perspectiva de diferentes determinantes que abranjam as múltiplas determinações envolvidas com o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil (ANDRÉ et al., 2018).

Os estudos analisados nesta revisão sistemática, que avaliaram indicadores de insegurança alimentar e nutricional, associados a indicadores demográficos, de estado nutricional e socioeconômicos, especificamente de famílias domiciliadas em municípios nordestinos, são em maior parte transversais descritivos com abordagem quali-quantitativa. Este tipo de delineamento epidemiológico permite o estabelecimento de relações causais e traz à tona a importância da realização de estudos longitudinais envolvendo os determinantes da insegurança alimentar em famílias brasileiras, sobretudo àquelas residentes na zona rural de municípios do Nordeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da insegurança alimentar nos municípios do nordeste brasileiro, quando analisada sob a ótica de indicadores que a relaciona com questões complexas como a iniquidade social, questões socioeconômicas e de desenvolvimento urbano e rural, pode ser relacionada com a persistência do seu alto percentual de prevalência na região.

Ao avaliar as condições de insegurança através destes indicadores constata-se a necessidade de investimentos para a promoção de melhores condições de vida para a população, redução da miséria e ampliação do acesso a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente. Nesta revisão observou-se que a insegurança alimentar associou-se a indicadores sócio-demográficos, de renda per capita familiar, de condições estruturais de moradia, de carências e distúrbios nutricionais e de saúde.

Sendo assim, constata-se que para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional é primordial que sejam adotadas medidas que intervenham diretamente sobre os indicadores associados à supressão deste direito, sobretudo àqueles relacionados às características próprias da região Nordeste, que são determinantes neste processo e que influenciam, de forma determinante, o acesso a alimentação adequada, qualitativamente segura e saudável e quantitativamente suficiente, em termos de quantidade e de qualidade de nutrientes que compreendam as carências e/ou distúrbios nutricionais decorrentes da ocorrência de insegurança alimentar.

REFERÊNCIAS

AIRES, Juliana dos Santos; MARTINS, Mariana Cavalcante; JOVENTINO, Emanuella Silva; XIMENES, Lorena Barbosa. (In)Segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará. **Acta Paul Enferm.** v. 25, n. 1, p. 102-108. 2012.

ALMEIDA, Janylle Araújo; SANTOS, Amaury Silva; NASCIMENTO, Maria Adriana de Oliveira; OLIVEIRA, José Valter Costa; SILVA, Danielle Góes da; MENDES-NETTO, Raquel Simões. **Ciência & Saúde Colet.** v. 22, n. 2, p. 479-488. 2017.

ANDRÉ, Hercílio Paulino; SPERANDIO, Naiara; SIQUEIRA, Renata Lopes de; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro; PRIORE, Silvia Eloiza. Indicadores de insegurança alimentar e nutricional associados à anemia ferropriva em crianças brasileiras: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Colet.** v. 23, n. 4, p. 1157-1167. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. **Relatório final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** p. 17-20, Mar. Olinda, 2004.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 64 de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União de 4 de fevereiro de 2010. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2006. Brasília, 2006.

FACCHINI, Luiz Augusto; NUNES, Bruno Pereira; MOTTA, Janaína Vieira dos Santos; TOMASI, Elaine; SILVA, Suele Manjourany; THUMÉ, Elaine; SILVEIRA, Denise Silva da; SIQUEIRA, Fernando Vinholes; DILÉLIO, Alitéia Santiago; SAES, Mirelle de Oliveira; MIRANDA, Vanessa Iribarrem Avena; VOLZ, Pâmela Moraes; OSÓRIO, Alessander; FASSA, Anaclaudia Gastal. Insegurança alimentar no Nordeste e Sul do Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades. **Cad. Saúde Pública**. v. 30, n. 1, p. 161-174, Jan. Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA, Haroldo da Silva; SOUZA, Maria Eduarda Di Cavalcanti Alves de; MOURA, Fabiana Andréa; HORTA, Bernardo Lessa. Prevalência e fatores associados a insegurança alimentar e nutricional em famílias dos municípios do norte de Alagoas, Brasil, 2010. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 19, n. 5, p. 1533-1542. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: segurança alimentar 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: segurança alimentar 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Segurança Alimentar: 2004/2009/IBGE**, coordenação, trabalho e rendimento. 1ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORREA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Colet**. v. 16, n. 1, p. 187-199. 2011.

OLIVEIRA, Juliana Souza; LIRA, Pedro Israel Cabral; MAIA, Sandra Regina; SEQUEIRA, Leopoldina Augusta de Souza; AMORIM; Roberta Corrêa de Araújo; FILHO, Malaquias Batista. Insegurança alimentar e estado nutricional de crianças de Gameleira, zona da mata do nordeste brasileiro. **Rev. Bras. Saúd. Matern. Infant**. v. 10, n. 2, p. 237-245, Abr/Jun. Recife, 2010.

PEDRAZA, Dixis Figueroa; QUEIROZ, Daiane de; MENEZES, Tarciana Nobre de. Segurança alimentar em famílias com crianças matriculadas em creches públicas do estado da Paraíba, Brasil. **Rev. Nutr**. v. 26, n. 5, p. 517-527, Set/Out. Campinas, 2013.

RIBEIRO, Joelma Cláudia Silveira. **Avaliação da insegurança alimentar e nutricional em um Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD na Bahia**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde). Escola de Nutrição. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2012. 89p.

ROCHA, Élide Maria Braga; LIMA, Roberto Teixeira; ALMEIDA, Paulo César de. Insegurança alimentar relacionada à área de residência em município do semiárido brasileiro. **Cad. Saúde Colet**. v. 22, n. 2, p. 205-211. Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, Élide Maria Braga; LIMA, Roberto Teixeira; DINIZ, Derlange Belizário; ALMEIDA, Paulo César de. Situação nutricional de crianças em município de privilegiado

Índice de Desenvolvimento Humano do semiárido brasileiro e sua relação com Insegurança Alimentar. **Rev. Segur. Aliment. Nutr.** v. 19, n. 2, p. 17-29. 2012.

SABÓIA, Rocilda Cleide Bonfim de; SANTOS, Marize Melo dos. Prevalência de insegurança alimentar e fatores associados em domicílios cobertos pela Estratégia Saúde da Família em Teresina, Piauí, 2012-2013. **Epidemiol. Serv. Saúde.** v. 24, n. 3, p. 749-753, Out-Dez. Brasília, 2015.

SANTOS, Taíse Gama; SILVEIRA, José Augusto Cardoso; LONGO-SILVA, Giovana; RAMIRES, Elyssia Karine Nunes Mendonça; MENEZES, Risia Cristina Egito. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cad. Saúde Pública.** v. 34, n. 4, p. 1-17. 2018.

SARDINHA, Luciana Monteiro Vasconcelos. **Estudo Técnico nº 01/2014 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília, 2014.

SEGALL-CORREA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Rev. Segur. Aliment. Nutr.** v. 16, n. 2, p. 1-19. 2009.

SILVA, Cleyton César Souto; OLIVEIRA, Karen Beatriz Borges; ALVES, Aline da Silva; NEVES, José Anael; MODESTO, Cely Alana Carvalho; VIANNA, Rodrigo Pinheiro de Toledo. Associação entre consumo alimentar e (in)segurança alimentar e nutricional em São José dos Ramos – PB. **Braz. J. Food Technol.** v. 4, supl., p. 23-30, Maio. 2012.

VIANNA, Rodrigo Pinheiro de Toledo; SEGALL-CORREA, Ana Maria. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. **Rev. Nutr.** v. 21, supl., p. 111-122, Jul/Ago. Campinas, 2008.